

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0061-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.615221103</p> <p>1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada **“A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana”** apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva

Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O BRASIL DOS ESTUDANTES: AS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE NACIONAL ENTRE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA


Cosme Freire Marins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211031>

CAPÍTULO 2..... 19

FAMÍLIAS E ESCOLA COMO REDES SOCIAIS DE APOIO: DESVELAMENTOS DE ADOLESCENTES EM DISTORÇÃO IDADE- ANO

Lucielma Moreira da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211032>

CAPÍTULO 3..... 37

INCLUSÃO COMO FENÔMENO DO PROCESSO DE NEOLIBERALISMO

Gilmar Vieira Martins

Manuel Tavares Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211033>


CAPÍTULO 4..... 49

FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVA PARA A CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Amanda de Cássia Araújo de Souza

Aurea Lucia Cruz dos Santos

Môngolla Keyla Freitas de Abreu


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211034>

CAPÍTULO 5..... 54

O USO DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA FORTALECIMENTO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS: FORMANDO LEITORES

Vanuza Nunes Sedano Costa


Márcia Moreira de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211035>

CAPÍTULO 6..... 66

LA REGULACIÓN ESTATAL DE LA FORMACIÓN CIUDADANA EN LA ESCUELA

Jorge Aldemar Sánchez Díaz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211036>

CAPÍTULO 7..... 78

A COLABORAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ELABORAÇÃO DE PROVAS OPERATÓRIAS

Rodrigo Lopes de Oliveira

Maria Angela Dias dos Santos Minatel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211037>

CAPÍTULO 8..... 102

CULTURA DIGITAL: NOVAS RELAÇÕES PEDAGÓGICAS CURRICULARES

Shirlene Coelho Smith Mendes

Rosângela dos Santos Rodrigues

Andréa Carolina Nascimento Silva

Jermamy Gomes Soeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211038>

CAPÍTULO 9..... 113

ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR COM ÊNFASE EM MIMETISMO E CAMUFLAGEM

Gustavo Lopes Penhalver Peninck

Nádia Maria Rodrigues de Campos Velho

Anamaria da Silva Martin Gascón Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6152211039>

CAPÍTULO 10..... 125

A ÁGUA, UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DE BIOLOGIA E DE QUÍMICA

Milena Souza da Silva

Adriana Helena Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110310>

CAPÍTULO 11..... 131

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO SEU MEIO SOCIOCULTURAL

Lielson Pinheiro Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110311>


CAPÍTULO 12..... 139

CONTRIBUIÇÃO DOS FUNDAMENTOS FILOSÓFICO SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mateus Alves Da Silva

Sávio Silva Carneiro

Juliana Pereira de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110312>

CAPÍTULO 13..... 146

ANÍSIO TEIXEIRA E A PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO RECURSOS DIDÁTICOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110313>

CAPÍTULO 14..... 164


CIVILIDAD, UNA REPRESENTACION SOCIAL EN EL PACTO DE CONVIVENCIA

CAPÍTULO 15..... 176

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM GESTÃO ESCOLAR

Tatiana Ramos Torres

Flávia Pierrotti de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110315>


CAPÍTULO 16..... 189

BRINCANDO E APRENDENDO COM O VOVÔ: O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL

Nubia Pereira Brito Oliveira

Marlon Santos de Oliveira Brito

Mylene Pereira de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110316>


CAPÍTULO 17..... 197

PRODUÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA UTILIZAÇÃO EM HORTAS

Edivaldo Antônio de Jesus Fabiano

Juliana de Lima Lapera Batista

Denilton Rocha dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110317>

CAPÍTULO 18..... 216

SOBREVIVÊNCIA POLICIAL: NA FOLGA E NO TRABALHO - UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Fernando Beuren Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110318>


CAPÍTULO 19..... 226

ROL DE DOCENTES DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

Carolina Oliveira da Silva

Antonio Sergio Varela Junior

Carine Dahl Corcini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61522110319>

SOBRE OS ORGANIZADORES 232

ÍNDICE REMISSIVO..... 233

CAPÍTULO 14

CIVILIDAD, UNA REPRESENTACION SOCIAL EN EL PACTO DE CONVIVENCIA ESCOLAR LECTURA SOCIOESTÉTICA DESDE EL ANÁLISIS DEL DISCURSO

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 30/11/2021

Javier Mauricio Ruiz Galindo

Universidad del Tolima Colombia

Doctorante Universidad del Tolima en Ciencias de la Educación, Magister en Ciencias de la educación con Énfasis en Investigación Universitaria de la Universidad Central de Chile, Especialista en Docencia Universitaria, Abogado de la Corporación Universitaria Republicana y Maestro en Artes Plásticas de la universidad de los Andes

RESUMEN: El presente artículo busca desarrollar una visión socioestética del pacto de convivencia escolar, como representación socialmente construida del ejercicio de convivencia que se desarrolla en la comunidad educativa. Esta concepción se devela desde un análisis del discurso simbólico que aborda las intenciones, contenidos y significados ideológicos que se encuentran albergados en el pacto de convivencia. Este último se presenta como dispositivo que controla la convivencia en la escuela en una red que traspasa lo escrito y se vive en una cotidianidad escolar impregnada de ideologías que conjugan lo objetivo y lo subjetivo, el gusto y la sensibilidad, la historia y el lenguaje, en torno al ejercicio de civilidad alojado en el pacto de convivencia escolar. El presente capítulo expone el diseño de la investigación y algunos resultados parciales de su ejecución.

PALABRAS CLAVE: Socioestética,

representaciones sociales, pacto de convivencia, Análisis del Discurso Simbólico.

CIVILIDADE, UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO PACTO DE COEXISTÊNCIA ESCOLAR LEITURA SOCIOESTÉTICA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

RESUMO: Este artigo busca desenvolver uma visão socioestética do pacto de convivência escolar, como representação socialmente construída do exercício de convivência que se dá na comunidade educacional. Essa concepção se desvela a partir de uma análise do discurso simbólico que aborda as intenções, conteúdos e significados ideológicos que estão alojados no pacto de convivência. Este último se apresenta como um dispositivo que controla a convivência na escola em uma rede que vai além do que está escrito e vive em um cotidiano escolar impregnado de ideologias que combinam o objetivo e o subjetivo, o gosto e a sensibilidade, a história e a linguagem. de civilidade alojada no pacto de convivência escolar. Este capítulo apresenta o desenho da pesquisa e alguns resultados parciais de sua execução.

PALAVRAS-CHAVE: Sócio-estética, representações sociais, pacto de convivência, Análise do Discurso Simbólico

El presente capítulo reúne los presupuestos teóricos y metodológicos desarrollados a lo largo de la investigación “Socioestética ciudadana en el pacto de convivencia escolar, Aproximación desde el Análisis del Discurso Simbólico” en el Doctorado

en Ciencias de la Educación de la Universidad del Tolima. Esta investigación se realiza a partir de un abordaje del discurso en torno a la convivencia escolar, para lo cual se toma como objeto de estudio el pacto de convivencia, que reúne, en el ejercicio de formación de ciudadanos, una red de representaciones que tienen significados en la cultura institucional de la escuela. En este sentido la socioestética devela cómo se constituye el sentido de las representaciones sociales (Moscovici 1961, Jodelet 2011), en el pacto de convivencia en la dimensión de formación de ciudadanías, con el apoyo de conceptos emergentes del análisis del discurso (Rapley, 2014) y en el marco de una postura teórica que privilegia la construcción social de realidad (Berger y Luckmann 2008).

El problema parte de la experiencia del investigador como directivo docente y de las dificultades identificadas en la adopción, eficacia y aplicación del pacto de convivencia para la mediación de la convivencia escolar frente a la emergencia del conflicto. Esta experiencia ha hecho visible que la sola existencia del pacto de convivencia no es garantía para su cumplimiento, de aquí que se requiere una estrategia de valoración adecuada y un abordaje de este como red de representaciones que se construyen en la intersubjetividad e inciden en el modelo de ciudadano que se aspira a formar en términos de una estética compartida.

Al comprender este pacto como resultado de una práctica intersubjetiva en la dimensión socioestética (Kant 2007, Marx 1966, Hoyos 2002) es epistemológicamente válido asociarlo con la construcción de representaciones sociales. Práctica que se desarrolla en medio de acuerdos y disensos con los cuales se construye una idea de realidad. En este escenario formulo la siguiente pregunta problémica: desde la experiencia socioestética, ¿Qué significados son otorgados por parte de la comunidad educativa al pacto de convivencia escolar como manifestación de civilidad?

El interés intrateórico que motiva esta investigación se ubica en comprender la relación de la categoría socioestética o la estética que se encuentra albergada en las representaciones sociales construidas en el pacto de convivencia y que al objetivarse adoptan una dimensión simbólica con las categorías de civilidad y escuela que convergen en el objeto de estudio pacto de convivencia escolar. En este sentido el objetivo general se orienta a comprender, a la luz de la socioestética, los significados que otorga la comunidad educativa al pacto de convivencia escolar recogidos en sus representaciones sociales del ejercicio del gobierno escolar.

Así las cosas, en esta investigación se consideran las representaciones sociales en las esferas subjetiva (de los agentes educativos) e intersubjetiva (de la comunidad educativa); es decir, la investigación se ocupa de la experiencia sensible y sus objetivaciones, como correlación que construye sociedad como tejido

Este abordaje del concepto de socioestética en la construcción del pacto de convivencia escolar hace de la escuela un laboratorio ciudadano en una dimensión simbólica, esto es, se entiende que las representaciones que construyen los sujetos en la

escuela consolidan una cultura institucional que replica las formas de entender el ejercicio de la ciudadanía en sociedad. Esta reflexión se desarrolla a partir del análisis del discurso del pacto de convivencia y las representaciones que en torno a él construyen los agentes educativos relacionados con el gobierno y la convivencia escolar.

REFERENTES TEÓRICOS

Este abordaje parte de comprender la realidad como una construcción social, objetivada por medio de representaciones sociales que desde una dimensión socioestética adoptan una estructura flexible que correlaciona las formas de ver, pensar y sentir la realidad y que en la escuela reproduce un modelo ciudadano a través del pacto de convivencia escolar. De esta forma se da cuenta de las categorías base socioestética, civilidad y escuela, además se atienden las categorías emergentes de construcción social de la realidad y representaciones sociales con las cuales se busca realizar un análisis del discurso que permite develar los significados que otorga la comunidad educativa al pacto de convivencia escolar.

REPRESENTACIÓN SOCIAL Y CONSTRUCCIÓN INTERSUBJETIVA DE REALIDAD

Como punto inicial para el abordaje teórico se aborda la realidad como construcción social, trabajada desde Berger y Luckman (2008) y que hace parte de la concepción sociológica del siglo XX, subsidiariamente la teoría de las representaciones sociales desarrollada por Moscovici y Jodelet¹ la cual como aporte académico se asocia a la estética desarrollada por una larga tradición filosófica que pasa por Kant hasta Adorno, este último que realiza aportes en relación a la estética de la negatividad y la valoración que se le puede dar a la otredad para una construcción de ciudadanía.

Con la separación de un mundo natural externo y las estructuras del pensamiento el pensamiento occidental ha categorizado el mundo entre realidad y pensamiento, y es en este sentido que Descartes entiende al ser humano como “más que una cosa que piensa” (meditaciones metafísicas, segunda meditación), son lo cual establece una diferencia entre el ser pensante o subjetividad que conoce y el la cosa o el objeto que es lo conocido y esto es la base para comprender la realidad.

Realidad y comprensión que Berger y Luckmann (2008) alojan en la orilla de la sociedad de forma objetiva y un tanto estructural en los siguientes términos:

“Para nuestro propósito, bastará con definir “realidad” como una cualidad propia de los fenómenos que reconocemos como independientes de nuestra propia volición (no podemos “hacerlos desaparecer”) y definir el “conocimiento” como la, certidumbre de que

¹ Jodelet D. (2011). Aportes del enfoque de las representaciones sociales al campo de la educación Espacios en Blanco. Revista de Educación, vol. 21, junio, 2011, pp. 133-154 Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina

los fenómenos son reales y de que poseen características específicas” (p.11)

La postura de los autores permite que esa estructura reconfigure sus significados al validarse en torno al sentido común. Fenómeno del que se reconocen como elementos fundamentales la interacción social, el mundo intersubjetivo, la temporalidad como carácter básico de la conciencia y el lenguaje.

Al operar estas categorías en el mundo la relación entre el sujeto y la sociedad se genera la siguiente correlación: “La sociedad es un producto humano. La sociedad es una realidad objetiva. El hombre es un producto social” (Berger y Luckmann 2008, p. 82). Es decir, el hombre se objetiva por medio de representaciones y las representaciones de este mundo objetivan la idea de hombre.

Es así como la construcción colectiva de la realidad responde a representaciones sociales en intersubjetividad, concepto que, si bien tiene su base en Moscovici (1961) y la idea Durkheim de representaciones colectivas en propuestas en “las reglas del método sociológico”, representación social que Jodelet (2011), explica como:

“una manera de interpretar y de pensar nuestra realidad cotidiana, una forma de conocimiento social. Y correlativamente la actividad mental desplegado por individuos y grupos a fin de fijar su posición en relaciona situaciones, acontecimientos, objetos y comunicaciones que les conciernen” (p.473)

Adicionalmente, las representaciones sociales reúnen dos características, por una parte, objetivan dando imagen, estructura y concretando lo abstracto y por otro realizan el anclaje que abre la posibilidad de enraizamiento de dichas objetivaciones en los esquemas de pensamiento y en la cultura.

Estas representaciones de mundo en la construcción social de la realidad social, se encuentran mediadas por significados construidos lingüísticamente en medio de un contexto entendido como el “aquí y ahora”, es decir una relación histórica.

En función de lo planteado, nuestra manera de vivir en el mundo responde a elaboraciones culturales y morales como comprensión ontológica de la relación entre el sujeto y el mundo, experiencia sensible mediada por el sentido común. “[E]l mundo del sentido común es la escena de la acción social; en él los hombres entran en mutua relación y tratan de entenderse unos con otros, así [como] consigo mismos” (Schütz 2003, P.16).

SOCIOESTÉTICA, UNA FORMA DE VER, PENSAR Y SENTIR LA REALIDAD

De modo que, desde la experiencia sensible es posible tejer redes sociales que propician la capacidad de ser otro o distinto, un resultado de la relación cara-cara que tiene como interés la comprensión del mundo y sus componentes, desde el sentido común. En palabras de Villarroel, 2007. “[E]l sujeto epistémico de Moscovici reproduce, construye y reconstruye el conocimiento del sentido común a partir del repertorio cognoscitivo, simbólico y cultural que la sociedad pone a su disposición” (p. 439).

De forma que la experiencia sensible en su dimensión de análisis de la emisión puede ser expresada en el juicio del gusto en un espacio tiempo específico y que desde el colectivo adopta términos socio históricos, generando así factores que determinan el tipo de representación social.

Desde esta perspectiva, la socioestética y su relación con la representación social, parte de considerar que las ideas responden a concepciones estéticas subjetivas determinadas por la cultura, su contexto y el juicio que se alberga en los sujetos. Sin embargo, en la correlación subjetividad-realidad se adopta la representación como construcción simbólica situada en el contexto del gusto particular como lo plantea Kant² en la crítica del juicio (2007) así:

“El juicio del gusto no es, pues, un juicio de conocimiento; no es por tanto Lógico, sino Estético, es decir, que el principio que lo determina es puramente subjetivo. Las representaciones y aun las sensaciones pueden considerarse siempre en una relación con los objetos; más en este caso no se trata de su relación con el sentimiento de placer o de pena, el cual no dice nada del objeto, sino simplemente del estado en que se encuentra el sujeto, cuando es afectado por la representación” (p.39).

Como construcción de realidad objetiva, Marx aborda la representación en el sujeto como resultado de una objetivación de los sentidos por medio de canales sensibles que obedecen a un proceso socio histórico en los siguientes términos:

“Al hacerse para el hombre en la sociedad la realidad objetiva realidad de las fuerzas humanas esenciales, realidad humana y, por ello, realidad de sus propias fuerzas esenciales se hacen para él todos los objetos objetivación de sí mismo, objetos que afirman y realizan su individualidad, objetos suyos, esto es, él mismo se hace objeto [...]Por eso el hombre se afirma en el mundo objetivo no solo en pensamiento sino con todos los sentidos” (Marx 1966, p. 58)³.

De manera que la propuesta socioestética es una experiencia estética mediada por los sentidos que abre la posibilidad de una objetivación de la realidad en correlación con experiencia de mundo y así dar cuenta de su entorno y de sí mismo como sujeto en una aperccepción estética. Esto hace de la representación de estéticas sociales o Socioestética, resultado sensible de las subjetividades frente a un mundo social que las objetiva.

En síntesis, la Socioestética propicia una construcción social de la realidad, del deber ser, del interés y la emoción del sujeto. Es decir, la Socioestética obedece a intereses que el sujeto adquiere intersubjetivamente al dejar su estado contemplativo o natural para adoptar una postura de agente activo en la cotidianidad.

2 Kant E. (2007). Crítica del juicio, editorial Austral

3 Marx K. (1966). Manuscritos económicos-filosóficos. Editorial Grijalbo, México D.F.

ESCUELA COMO LABORATORIO DE REPRODUCCIÓN DE CIUDADANÍAS

Ahora bien, el espacio social que tiene la escuela como encuentro de subjetividades parte de la base de la experiencia de los diferentes agentes educativos y que en una dimensión convivencial y de formación de ciudadanías se encuentran en la línea de reproductores de realidad social. Y como dispositivo amplificador hace parte de una red de sistemas articulados en torno al Proyecto Educativo institucional que contiene un pacto de convivencia que Rodríguez (2010) refiere como sinónimo de encuentro horizontal y participativo acorde al espíritu de la constitución política colombiana de 1991 en los siguientes términos:

“el pacto de convivencia se convierte en un dispositivo de control que ejerce una forma determinada de poder, que a su vez configura una subjetividad en donde los sujetos pasan a ser sometidos a través de normas, leyes, procesos y procedimientos.” (Rodríguez 2010 p.12).

De forma que, la intención discursiva desplegada en el pacto de convivencia adopta la forma de construcción colectiva, base para configurar una representación social válida para convivir en sociedad. Construcción social de realidad desde la cual se adquiere el gusto de la aceptación del otro como experiencia socioestética situada en un contexto socio histórico propio de la comunidad en la que se desarrolla.

Así, en la escuela cobra sentido la reproducción de valores sociales e institucionales propios de la ciudadanía que exige una política de Estado, un modelo de buen ciudadano y buena persona⁴ que tiene la virtud como bien mayor en su ejercicio y en la escuela adopta la representación de valores y principios que construyen su realidad.

Por otra parte, se encuentra la cotidianidad que define contexto social y de formación primaria de la persona y que adquiere desde su afectividad que configura en gran medida su modelo de identidad y subjetividad, modelo de principios y valores que entran en tensión con lo institucional que representa lo heteronormativo. En consecuencia, institucionalidad y cotidianidad defienden la forma de resolver el conflicto y la toma de decisiones en el mundo de la vida de la cual hace parte la academia.

Desde esta perspectiva, en la escuela se convive y participa comprensivamente no solo reconociendo al otro y sus infinitas experiencias de mundo que se manifiesta en diferencias y diversidades, sino se construye intersubjetivamente como realidad política en el ejercicio ciudadano mediante elección y continuo ejercicio del gobierno escolar.

De manera que el Pacto de convivencia desde un orden institucional recoge los aspectos misionales de un proyecto educativo basados en principios constitucionales como libertad, paz y tolerancia, que en la experiencia cotidiana de los agentes educativos tejen una la red de significados como construcciones simbólicas propias del hábitus comunitario.

Por tanto, el proyecto social de ciudadanía reproducido en el pacto de convivencia

⁴ Aristóteles (1988) La Política, Editorial Gredos Madrid España.

escolar es una representación de Estado, en que los sujetos son formados participativamente bajo el paradigma de civilidad incluyente. En este sentido los agentes educativos se debaten entre la dominación y la resistencia esta investigación se propone abordar desde el Análisis del Discurso para descubrir diferentes contenidos que se alojan en el discurso en su dimensión simbólica.

METODOLOGÍA

Diseño

En este panorama reflexivo es posible situar la presente investigación en el horizonte del Análisis del Discurso Simbólico (ADS) para comprender el fenómeno de la Civilidad en el pacto de convivencia en clave de socioestética.

Por tanto, el ADS, desde una hermenéutica del lenguaje simbólico, aborda las ritualidades ciudadanas del convivir que descubren una cosmovisión comunitaria. El desarrollo hermenéutico busca comprender el pacto como dispositivo del discurso simbólico a partir de las preguntas: ¿qué se dice?, ¿cuándo se dice?, ¿de quién se dice?, ¿por qué se dice lo que se dice? y ¿desde qué posición se dice lo que se dice?

El abordaje metodológico que se propone se hace bajo la línea metodológica de investigación cualitativa con énfasis en el ADS, la cual permite construir información desde la observación del ambiente social. Esta experiencia sensible reúne las particularidades de las personas, sus relaciones, acciones, actividades y comportamiento verbal, las cuales permiten descubrir los significados que tienen estas experiencias sensibles en el pacto de convivencia en este tanto se construye como representación social de civilidad.

De esta forma, la comprensión y la explicación se proponen como interés marco de la metodología cualitativa del ADS para dar cuenta de los significados que le otorga la comunidad educativa al pacto de convivencia escolar como resultado del hecho de vivir juntos en la escuela.

Población y muestra

Para el desarrollo de esta investigación se ha contado con la participación de los representantes del gobierno escolar del colegio San José en la localidad Usme de la ciudad de Bogotá. Esta población se eligió dada su cercanía con el ejercicio ciudadano como representantes de la comunidad. Aquí se encuentran dignatarios como el personero estudiantil, contralor estudiantil, la representante de los estudiantes, la madre de familia representante de padres, la docente representante al consejo directivo, orientadora representante al comité de convivencia, la jefa de área de pastoral, el coordinador de convivencia y la rectora, además de la participación de los cuerpos colegiados del comité de convivencia y los consejos estudiantil y directivo.

CONSIDERACIONES ÉTICAS

Para la ejecución se ha buscado desarrollar un método con el mayor grado de honestidad intelectual por parte del investigador. Se propone un orden epistemológico gobernado por la lógica propia de las ciencias sociales; es decir, una experiencia sensible del mundo y el ADS como metodología de construcción de información y posterior análisis.

La información se ha recogido en dos momentos: un primer momento, en el cual se realiza una exploración de conceptos emergentes sobre la cultura institucional asociados a la convivencia escolar. Para esto se ha empleado la entrevista semiestructurada que arroja varias representaciones contenidas en el pacto de convivencia y que tienen diferentes grados de significación para la comunidad educativa. En un segundo momento, se opta por profundizar en las representaciones sociales construidas en la entrevista semiestructurada para develar sus significados por medio de un instrumento que permite categorizar, en un mapa, la significación de estas representaciones en la cultura institucional. Esta labor se realiza con el comité de convivencia, el consejo directivo y el consejo estudiantil, lo cual permite bajo un mismo instrumento categorizar y definir similitudes y diferencias en los significados sobre el pacto de convivencia escolar.

Es importante señalar que el Consorcio Salesianos de la Fundación Educativa Don Bosco, aprobó el desarrollo del estudio durante el segundo semestre de 2021 con la participación de estudiantes, docentes, directivos docentes y padres de familia los cuales otorgaron su consentimiento informado y en el caso de los menores sus padres de familia para el desarrollo de la sesión individual y la grupal en que participo cada uno de los nueve (9) participantes, dando así un correcto tratamiento y uso de la información.

RESULTADOS

Construcción de información para el ADS

La construcción de la información se apoya en la entrevista semiestructurada, cuyo contenido permite comprender A) ¿Qué formas discursivas dominan en el pacto de convivencia que favorecen determinadas construcciones socioestéticas como formas de dominación?, B) ¿Qué tipos de realidades sociales determinan la elección el gobierno escolar y su significación en relación con la participación en toma de decisiones institucionales? y C) ¿Cómo los contenidos simbólicos inciden en las intenciones discursivas y de ejercicio de representación democrática en el pacto de convivencia como construcción intersubjetiva? De este ejercicio emergen las representaciones dominantes en el discurso de la comunidad educativa del Colegio San José en torno al pacto de convivencia escolar.

En una segunda etapa se categorizan las representaciones en un instrumento que emplea la metáfora del cuerpo para priorizar los aspectos de la convivencia que emergieron de la entrevista semiestructurada. Instrumento que permite develar el sentido y grado de

adopción de dichos discursos en la cultura institucional.

Y es dese esta lectura de las representaciones sociales que emergen los significados del convivir que encierra el pacto de convivencia escolar en favor de la construcción de un tipo de civilidad en el colegio San José los cuales se desarrollan en el proyecto educativo pastoral salesiano, representaciones que albergan características simbólicas y reúnen la tensión entre la idea de lo institucional y lo cotidiano en los ejercicios de ciudadanía y construcción de identidades en el escenario escolar.

Análisis de información

El proceso de análisis de la información posterior a la realización de las entrevistas se propone mediante los siguientes pasos: primero, *transcripción* de las entrevistas que continuaron con el proceso de por el *grillado* o preparación y organización del material, posteriormente se realizó la *identificación* de representaciones albergadas en la cultura institucional relacionadas con la convivencia escolar desde el rol y la percepción del entrevistado .

Ya en una segunda etapa y en un nuevo instrumento se realiza la *categorización* de las diferentes representaciones a través de la metáfora del cuerpo asociándolas a las diferentes partes del cuerpo para encontrar su grado de reconocimiento o importancia, esto, permite la interrelación sobre una misma base discursiva a cuerpos colegiados del gobierno escolar relacionados con la convivencia escolar (comité de convivencia y consejo Directivo) resultados que arrojan material para un microanálisis del cual emergen varios *conceptos transitorios*, estos, se encuentran en construcción para ser objeto de *retroalimentación*, cadena comprensiva que permitió la formulación de resultados o conclusiones como análisis sintético del material.

En consecuencia me permito presentar algunos de los significados que han ido emergiendo del trabajo de campo y el análisis del discurso en términos de valores, acciones, acontecimientos, hechos, objetos y reglas del ámbito escolar del colegio San José con las que se construyen algunas de las percepciones de realidad escolar:

A) En el discurso en el que predomina una impronta de civilidad de Buenos Cristianos y Honestos ciudadanos, la cual, dibuja una intención discursiva de modelo ciudadano en términos de reconocimiento de valores y principios como fundamento de la convivencia escolar. B) Un fuerte anclaje de representaciones sociales como valores, principios, cuidado de la caso común, proyecto de vida, los cuales generan sentido de pertenencia a la comunidad escolar. C) Para el cumplimiento de la ritualidad y seguimiento al debido proceso, cobran sentido estrategias pedagógicas como el uso del observador del estudiante y la sanción pedagógica desde la fuerza coercitiva de la institucionalidad y la construcción social de sentido común. D) Entre las estrategia pedagógicas que se abordan para formar a los diferentes agentes educativos se encuentran las escuelas de padres, convivencias de curso y la palabra al oído entre otras, espacios de acción directa de

interacción discursiva de pastoral salesiana E) en un escenario preponderante se encuentra el discurso de liderazgo como meta formativa que culmina el proceso formativo pastoral como reproductor del sistema preventivo en las diferentes esferas sociales, laboratorio que se desarrolla desde estrategias como el asociacionismo y el gobierno escolar F) finalmente, las actividades formativas dirigidas a la comunidad y la participación favorecen el anclaje de las representaciones sociales construidas en la escuela, actividades como los buenos días, las direcciones de curso, las eucaristías, el día de la familia la amorevolezza, el día de la cosecha entre que se desarrollan en la cotidianidad escolar.

DISCUSIÓN

El objetivo principal de comprender a la luz de la socioestética los significados otorgados por la comunidad educativa al pacto de convivencia, lleva a desarrollar la idea que agentes educativos constructores de sentido del pacto de convivencia escolar, y como estos desarrollan prácticas intersubjetivas que tienen como base una intensión discursiva en cada una de las representaciones que condicionan las formas de ver, sentir y pensar la realidad construida con sentido intersubjetivo, en torno a un Proyecto Educativo Pastoral Salesiano.

Esta concepción socioestética nos orienta a un ejercicio ciudadano que tiene como concepciones el liderazgo, los valores y principios aprehendidos del ejercicio convivencial en la escuela. Practicas bien vistas por la sociedad, que le otorgan un alto grado de significación al pacto de convivencia.

De forma que este horizonte institucional cimienta intenciones formativas de ciudadanías en un orden aristotélico pasando de buenas personas y buenos ciudadanos en torno a la virtud, hacia “buenos cristianos y honestos ciudadanos” desde un sistema preventivo y pastoral el ejercicio de convivencia escolar

Los contenidos simbólicos que encierra el discurso pastoral de convivencia apuntan hacia la hermenéutica del trabajo comunitario, hermenéutica que estimula el liderazgo como valor supremo del estudiante y egresado; pastoral epistemológica que recoge una orientación de ideología institucional y orienta a principios ciudadanos de legalidad, subordinación, igualdad, proporcionalidad e integralidad del sentido civilista. Ejercicio ciudadano que desarrolla desde su condición de egresado formado para el trabajo, la participación y el liderazgo en representación y jalonamiento de las comunidades en que se desempeña como la familia, el barrio, el trabajo, o cualquier forma micro social.

Este develamiento discursivo que alberga el pacto de convivencia como formador de identidades en la reproducción de ciudadanías a corto y largo alcance, discurso que modula tanto lo privado de la vida cotidiana como lo público del ejercicio ciudadano.

Los significados que tiene el pacto de convivencia para un sector de los agentes educativos desde la institucionalidad que forja subjetividades deja muy poco espacio para

la disidencia, divergencia que lleva al ostracismo del cambio de ambiente escolar.

Ahora bien, la tensión entre lo institucional y lo cotidiano que se presenta entre la órbita privada y el ejercicio público de ciudadanía, en este escenario escolar es atendido desde el proyecto de vida el cual, si bien se orienta a la reproducción de una instrumentalización económica, busca insertar al sujeto en el mundo del trabajo, a la estructura política y cultural. Esto se desarrolla desde el acompañamiento y formación a las familias, vinculando afectivamente a los sujetos con el sentido de pertenencia y la apropiación subjetiva de identidad, esquema que sedimenta y cristaliza maneras de actuar en su relación con el mundo.

Finalmente, las relaciones políticas tienden a verse horizontalizadas en el ejercicio del gobierno escolar, falacia que sucumbe ante la obligatoriedad del cumplimiento normativo institucional, mascara que porta el cumplimiento instrumental del ejercicio participativo que no incide directamente en la toma de decisiones en el ámbito escolar.

CONCLUSIONES

A manera de conclusión del ejercicio de comprender a la luz de la socioestética los significados que otorga la comunidad educativa al pacto de convivencia escolar recogidos en las representaciones sociales en clave de civilidad, se esgrimen dos escenarios comprensivos, el primero es el aporte teórico en relación con el abordaje epistemológico y hermenéutico que nace de la relación socioestética, civilidad y escuela para un ADS de representaciones sociales y el segundo es la aplicación de este modelo de investigación social al escenario escolar.

En relación con el primer escenario se logró definir epistemológicamente la categoría socioestética desde la estética transcendental, la sensibilidad y la relación experiencia-razón en clave de alteridad, entendiéndola como la forma de ver y sentir la realidad social manifestada mediante representaciones sociales, para el caso particular del presente estudio el pacto de convivencia con sus múltiples interpretaciones desde el ADS.

Adicionalmente se logró desarrollar y aplicar en el concepto representación social acciones, acontecimientos, hechos, objetos y reglas, contenidos en el pacto de convivencia y como estos modulan la construcción del ejercicio ciudadano de civilidad bajo la impronta “buenos cristianos y honestos ciudadanos”.

Para cerrar este primer escenario se logra definir una línea comprensiva de los discursos construidos en el pacto de convivencia en una dimensión intersubjetiva de cotidianidad e institucionalidad, que reviste discursos con un contenido ideológico particular que se devela desde el ADS.

En el segundo escenario al abordar la convivencia escolar desde esta construcción teórica permite reconocer en la convivencia escolar una red de tipologías y representaciones que van más allá del sometimiento al imperio de la ley, representaciones que se

comprenden en la escuela desde una red de estrategias formativas que en su discurso eleva axiológicamente valores y principios que en caso del colegio San José se inclinan por un discurso pastoral que habita en cada rincón del pacto de convivencia que le da una dimensión de dispositivo formativo de identidades al interior de la escuela.

De otra parte, una contingencia que determinó el abordaje de la problemática ha sido el aislamiento social derivado del virus SARS-CoV-2 (COVID-19), condición que cambió la comprensión y abordaje de las estrategias convivenciales, hecho que afianzó el distanciamiento entre personas en las diferentes actividades escolares por medio de la estrategia promovida por el MEN denominada “Aprende en casa”. Condición que paulatinamente se ha ido reduciendo bajo el marco de la “Nueva normalidad” la cual tiende a eliminar el distanciamiento social y retomar las actividades académicas tal como se venían desarrollando previo a esta situación biosocial.

Finalmente, la metodología de trabajo en su orden cualitativo ha permitido realizar correcciones en los instrumentos y la construcción de la información en relación con el objeto de estudio, lo que hace del pacto de convivencia, a la luz de las categorías socioestética y civilidad un escenario necesario en la escuela para abordar la vida de la cultura en el desarrollo de subjetividades.

REFERENCIAS

Berger P. y Thomas L. (2008). La construcción social de la realidad, Amorrortu Editores, Buenos Aires

Hernández S. R. & Mendoza, C. (2018). Metodología de la investigación. Las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta. Editorial Mc Graw Hill

Moscovici S. (1961/1976.). La psychanalyse, son image, son public, University Presses of France.

Navarro P. J. y Galiana L. (2015). Prevención del conflicto escolar en primer ciclo de primaria. Prisma Social, núm. 15, diciembre, 2015. Fundación para la Investigación Social Avanzada Las Matas, España

Rapley T. (2014). Los análisis de la conversación, del discurso y documentos en investigación cualitativa Ediciones Morata, Madrid España.

Rodríguez B. (2010). Análisis del pacto de convivencia de la institución educativa Julián Trujillo del municipio de Trujillo, Valle del Cauca. Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia.

Schütz A. (2003). El problema de la realidad social (2da. edición). Buenos Aires: Amorrortu.

Villarreal G. (2007). Las representaciones sociales: una nueva relación entre el individuo y la sociedad. Fermentum. Revista Venezolana de Sociología y Antropología, vol. 17, núm. 49, Universidad de los Andes Mérida, Venezuela

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 2, 13, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 80

Água fonte de vida 125

Aluno 4, 6, 20, 26, 50, 51, 53, 56, 59, 63, 64, 80, 87, 88, 89, 91, 93, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 121, 122, 126, 127, 129, 135, 142, 143, 149, 150, 152, 153, 154, 160, 202, 203, 219, 226, 227, 228, 230, 231

Análisis del discurso 66, 67, 75, 77, 164, 165, 166, 170, 172

Atraso escolar 19, 21, 25, 26, 31

Avaliação formativa 78, 203

B

Brincadeiras 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

C

Colegialidade 78, 80, 81, 94

Cultura digital 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 112

Currículo 25, 35, 62, 64, 65, 66, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 123, 125, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 180

D

Dificuldades leitoras 54, 58, 59, 60, 63

E

Educação 1, 16, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 64, 65, 79, 80, 81, 84, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 213, 214, 224, 231, 232

Educação inclusiva 49, 51, 52

Educação infantil 34, 52, 57, 58, 65, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 214

Ensino de biologia 115, 124, 125, 127, 129

Ensino de Ciências 113, 124, 129, 197

Ensino de química 125, 127, 128, 129

Escola 1, 2, 9, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 46, 49, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 94, 98, 99, 100, 102, 103, 105,

107, 108, 109, 110, 111, 119, 123, 124, 129, 140, 141, 142, 143, 146, 148, 152, 153, 155, 160, 162, 163, 164, 176, 177, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 194, 195, 196, 200, 202, 203, 210, 212, 213, 230, 231, 232

Estratégias de leitura 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65

Estratégias de sobrevivência 113, 114, 124

Evasão 21, 23, 83, 146, 226, 227, 230, 231

F

Famílias 2, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 154, 190, 194

Folga 216, 217, 219, 223, 224

Formação de professores 97, 108, 125, 139, 157, 176, 177, 186, 232

Formação docente 49, 63, 78, 81, 82, 99, 100, 112

Formación ciudadana 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Fortalecimento da leitura 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64

Fundamentos filosóficos 139, 140

G

Gerações 189

Gestão 6, 42, 43, 45, 46, 60, 82, 109, 132, 134, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 196, 198, 216, 231

Governamentalidade 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48

H

Horta escolar 197

I

Inclusão 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 104, 108, 111, 127, 135, 146, 157, 203, 216, 217, 218, 219, 227

Inovação 102, 104, 105, 106, 109, 110, 112, 158, 160

Interações 23, 107, 109, 124, 189, 190, 191, 192, 193, 195

M

Materiais pedagógicos 113, 115, 122, 123, 124

Monitores 49, 50, 51, 52

P

Pacto de convivência 164

Pedagogia 33, 34, 60, 65, 101, 106, 112, 131, 136, 138, 141, 145, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 196, 202, 225, 232

Política educativa 66, 67, 71, 72, 74, 75, 76

Pós-estruturalismo 37, 39, 140

Pós-modernidade 139

Profissionalismo colaborativo 78, 94, 95

R

Recursos didáticos 146, 152, 153, 155, 156

Relações de poder 37, 39, 132, 138

Representaciones sociales 66, 76, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175

S

Sobrevivência Policial 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224

Sociedade 6, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 33, 34, 35, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 89, 102, 103, 105, 107, 110, 111, 133, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 162, 176, 182, 183, 185, 194, 201, 213, 219

Socioestética 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175

T

Tecnologias 45, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 127, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 182, 183, 186, 231, 232

Trabalho 2, 4, 13, 14, 16, 19, 22, 37, 38, 40, 43, 47, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 61, 63, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 108, 109, 114, 115, 116, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 132, 134, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 162, 176, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 200, 202, 203, 207, 208, 213, 214, 216, 217, 218, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231

Trabalho em equipe 78, 84, 86

Trabalho por projeto 197

U

Universidade 1, 18, 22, 34, 37, 48, 49, 100, 108, 113, 124, 125, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 179, 188, 189, 196, 215, 226, 227, 228, 231, 232

V

Violência 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 30, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

5



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022